

## RESOLUÇÃO

**CONTRA O ROUBO DOS DIREITOS, SALÁRIOS E PENSÕES**  
**DERROTAR A POLÍTICA DE DIREITA**  
**CONSTRUIR A ALTERNATIVA, DE ESQUERDA E SOBERANA**

Quarenta anos depois da Revolução de Abril, o país encontra-se na mais grave situação económica e social alguma vez vivida no Portugal democrático.

É cada vez mais claro para os trabalhadores e o povo que esta situação tem origem na política de direita imposta por sucessivos governos nas últimas três décadas e meia, assente na privatização e desmantelamento de empresas e sectores básicos da nossa economia, na ofensiva contra os trabalhadores e os seus direitos, numa crescente alienação dos interesses nacionais a favor dos grupos económicos e do capital financeiro internacional e na submissão do país às ingerências das instâncias estrangeiras, particularmente aos directórios da UE.

É igualmente claro para os portugueses que Portugal não pode continuar a caminhar no sentido do retrocesso económico e social, rumo a um destino de desastre total a que o Governo do PSD/CDS-PP quer conduzir o país, através de uma brutal escalada antilaboral e anti-social.

Com a aplicação do programa de agressão nos últimos três anos, supervisionada pela troika estrangeira, a economia entrou numa recessão prolongada, com uma quebra acumulada neste período de 6% no PIB, uma retracção superior a 35% no investimento e uma dívida pública que já ultrapassa os 133%. O desemprego brutal que atinge cerca de 1,3 milhões de pessoas e empurra as novas gerações para a emigração forçada, com níveis só comparáveis com a saída dos portugueses do país na década de 60, a precariedade generalizada, o alastramento da pobreza a centenas de milhares de famílias, constituem hoje problemas sociais com dimensão estrutural, decorrentes desta gravíssima situação económica e financeira, a qual não tem resolução no quadro das mesmas políticas que estão a ser seguidas e que estão na sua origem.

O aumento da exploração do trabalho, o empobrecimento dos portugueses e o desmantelamento dos serviços públicos e o ataque às Funções Sociais do Estado (Educação, Saúde, Segurança Social), já não são apenas consequência da degradação económica existente mas constituíram-se em objectivos prioritários do Governo do PSD/CDS-PP e da política de direita que serve os interesses do capital a que o país foi atrelado.

### **A situação é insustentável!**

Os trabalhadores, os reformados e pensionistas e os desempregados continuam a ser os mais sacrificados, com uma forte redução da parte dos salários na distribuição do rendimento nacional, a redução do poder de compra das pensões e o corte das prestações de desemprego.

Mas o Governo do capital quer ir mais fundo na ofensiva contra os trabalhadores e o povo, procurando concretizar os objectivos e as medidas que constam do Documento de Estratégia Orçamental (DEO) para o período 2014-2018, no qual inscreveu novos cortes de salários e pensões de reforma, a par de outros cortes na despesa social, num montante superior a 4 mil milhões de euros em 2014 e 2015.

É particularmente grave a nova investida para desmantelar a contratação colectiva, com o objectivo de acentuar os desequilíbrios a favor do capital, depois do bloqueamento a que tem estado sujeita pela acção do patronato que utiliza a chantagem negocial para congelar os salários e procurar reduzir ou mesmo eliminar direitos contratuais. O direito de negociação e de contratação colectiva, conquistado e consolidado por gerações de homens e mulheres, antes e depois do 25 de Abril, é elemento integrante da democracia.

Também a chamada "reforma do Estado", mais não é que uma nova etapa da intensificação da brutal ofensiva contra os trabalhadores da Administração Pública e da reconfiguração do papel do Estado, nomeadamente das Funções Sociais que lhe compete assegurar às populações. A ofensiva contra os trabalhadores prossegue, assim, através da aplicação da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, da consagração da Tabela Remuneratória Única e da tabela de suplementos, ou seja, um conjunto de medidas que visam mais despedimentos, mais cortes nos salários e nas pensões, aumentar os horários de trabalho, maior agravamento fiscal e da contribuição para a ADSE, entre outras medidas gravosas.

Quanto à reconfiguração do papel do Estado, esta assenta na continuação e aprofundamento das privatizações, encerramentos de serviços públicos, redução de trabalhadores e dos recursos financeiros e, simultaneamente, nas restrições do acesso das populações às funções sociais do Estado, de que são exemplo o fecho de centenas de escolas do 1º ciclo e do Ensino Básico, a degradação e encerramento de unidades de saúde, a redução da protecção social aos trabalhadores, reformados e pensionistas, às crianças, aos desempregados, etc.

Esta ofensiva não só restringe os direitos do povo como agrava ainda mais as suas condições de vida, fustigados pelo aumento dos impostos sobre o consumo das famílias e a transformação de impostos temporários em permanentes, como é o caso da substituição da “contribuição extraordinária de solidariedade” pela nova taxa CDS (Contribuição De Sustentabilidade) sobre os trabalhadores e os pensionistas.

### **É preciso uma ruptura com a política de direita! É necessário intensificar a luta dos trabalhadores e do povo!**

O ataque do Governo ao Tribunal Constitucional mostra como são insaciáveis os apetites do grande capital para acumular riqueza à custa de mais exploração e empobrecimento dos trabalhadores e do povo. Por isso, a sua investida contra a Constituição da República e o projecto de desenvolvimento que ela consagra, assente no aprofundamento da democracia política, económica, social e cultural e na salvaguarda da soberania do país.

Neste ajuste de contas com Abril, a coligação de interesses ao serviço dos grupos económicos e financeiros conta com a prestimosa colaboração do Presidente da República, cujos apelos ao “compromisso” e ao “consenso” surgem como último reduto da tese das “inevitabilidades”, da propaganda e do populismo, num momento em que as consequências e contradições da política de mentira se tornam indistigáveis e o confronto com a Constituição revela os seus reais objectivos de subversão do regime democrático.

A saída para a crise em que a política de direita mergulhou o país não passa por apelos à reconstituição da “*União Nacional*” de má memória dos tempos do fascismo, mas pela rejeição desta política, para pôr o país no rumo do desenvolvimento, afirmando os ideais, os princípios, as causas e os valores de Abril e que traduzem a essência da nossa democracia e de uma sociedade de progresso e de justiça social.

A demissão do Governo PSD/CDS-PP e a convocação de eleições mostram-se, na actual situação, imprescindíveis para viabilizar uma verdadeira política alternativa, que valorize o trabalho e dignifique os trabalhadores.

A luta dos trabalhadores que tem sido desenvolvida com grande intensidade nas empresas, desde a metalurgia, a química, as celulosas e o material eléctrico, aos transportes, às telecomunicações e à comunicação social, passando pelos têxteis, cantinas e hotéis, mas também as lutas dos trabalhadores da Administração Pública central, regional e local, com destaque para as lutas dos trabalhadores das autarquias, dos médicos e enfermeiros, dos professores, dos profissionais das forças de segurança, entre muitas outras lutas de diversos sectores e serviços, mantêm-se como factor decisivo e imprescindível da acção sindical pela defesa dos direitos e melhoria das condições de trabalho e, também, como elemento essencial de congregação com a luta dos reformados e pensionistas, dos desempregados, dos jovens e dos estudantes, de todos os portugueses que são vítimas da política de direita.

**Os participantes na Manifestação concentração realizada na Assembleia da Republica, em 10 de Julho de 2014, considerando que este Governo não tem legitimidade política nem social para governar e porque há forças bastantes para lutar e construir um Portugal de futuro, progresso, independente e soberano, decidem:**

- **Saudar a luta dos trabalhadores dos sectores privado, público e empresarial do Estado**, que com grande determinação têm enfrentado a ofensiva do patronato e do Governo, e exortá-los a que intensifiquem as lutas reivindicativas nos locais de trabalho, pelo emprego com direitos, contra a precariedade; pelas Funções Sociais do Estado e os serviços públicos; pela melhoria da protecção social aos trabalhadores, aos desempregados e às famílias; contra a intenção do Governo de passar os cortes de provisórios a definitivos, exigindo a reposição dos salários, subsídios e pensões roubados aos trabalhadores, reformados e pensionistas; pelo cumprimento dos direitos, liberdades e garantias consagradas na Constituição da República, fazendo respeitar os valores e as conquistas de Abril nela inscritos;
- **Defender a negociação e a contratação colectiva**, direitos com consagração constitucional, combatendo os bloqueios patronais e a aplicação das normas gravosas inscritas no Código do trabalho e na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; **dinamizar a luta nos locais de trabalho**, factor é determinante para obstaculizar a ofensiva do Governo e do patronato e exigir o respeito pelos direitos consagrados nas convenções colectivas de trabalho ou que resultem de usos das empresas, que sejam mais favoráveis aos trabalhadores;

- **Continuar a luta pelo aumento dos salários**, incluindo o aumento imediato do **Salário Mínimo Nacional para 515 euros**; a manutenção das **35 horas para todos os trabalhadores da Administração Pública** e a publicação imediata dos Acordos já celebrados, assim como a redução progressiva de horários superiores àquele, sem diminuição do salário, para os trabalhadores dos restantes sectores de actividade; a valorização efectiva dos salários e pensões, o fim dos cortes salariais e do congelamento das progressões nas carreiras, **a reposição imediata de todos os salários, pensões e direitos roubados desde 2011**, incluindo nas prestações sociais;
- **Apelar à intensificação da luta por uma política de Esquerda e Soberana, que tenha como imperativo nacional:**
  - **Afirmar o primado dos interesses nacionais**, o que exige libertar Portugal das amarras do Tratado Orçamental e de outros instrumentos que limitam a nossa soberania;
  - **Renegociar a dívida**, nos seus montantes, prazos, juros e condições de pagamento, recusando a sua parte ilegítima;
  - **Aumentar a produção nacional e criar emprego de qualidade;**
  - **Retomar o controlo do Estado sobre as empresas e os sectores estratégicos** para o desenvolvimento do país;
  - **Valorizar o trabalho e dignificar os trabalhadores**, através de uma mais justa distribuição da riqueza produzida e do combate às injustiças fiscais;
  - **Desenvolver uma política de recuperação dos serviços públicos e do reforço das Funções Sociais do Estado** consagradas na CRP (Saúde, Educação e Segurança Social) e do Poder Local Democrático, assegurando a dotação dos meios humanos e materiais necessários e que constituem elementos essenciais à concretização dos direitos do povo e motores da coesão económica, social e territorial, necessários à construção do Portugal Solidário e de Progresso.

**Os participantes nesta concentração decidem, ainda, apoiar:**

- **A convocação de uma Concentração Nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais, a realizar em 25 de Julho**, seguida de desfile para a Assembleia da República, com vista a rejeitar a proposta de lei sobre a reconfiguração dos cortes salariais que, nesse dia, será votada no Parlamento;
- **A dinamização, durante o mês de Agosto, de uma forte campanha de esclarecimento, sensibilização e mobilização**, centrada nos locais de trabalho e junto das populações, com o objectivo de reforçar a unidade dos trabalhadores e alargar a convergência de todos aqueles que contestam este Governo, no âmbito da preparação de novas e intensas acções de luta, pela ruptura com a política de direita e pela construção de uma alternativa política, de Esquerda e Soberana.

***CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO!***

***AFIRMAR OS VALORES DE ABRIL NO FUTURO DE PORTUGAL!***

Lisboa, 10 de Julho de 2014